

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ilmos. Srs.
Associados do
Clube Duque de Caxias

Abstenção de Opinião

Fomos contratados para examinar as Demonstrações Financeiras do **Clube Duque de Caxias ("Associação")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Não expressamos uma opinião sobre as Demonstrações Financeiras do **Clube Duque de Caxias** pois, devido à relevância do assunto descrito na seção a seguir "Base para abstenção de opinião", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas Demonstrações Financeiras.

Base para Abstenção de Opinião

1. Reconhecimentos contábeis por regime de caixa

Conforme Nota Explicativa 03 (b), os registros contábeis para o reconhecimento de receitas e despesas, foram realizados por regime de caixa, divergindo das práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às disposições contidas na legislação societária brasileira e na ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros, que determina que receitas e despesas devem ser reconhecidas, respeitando o princípio da competência. Por ausência de relatórios e controles, não foi possível mensurar os efeitos nas Demonstrações Financeiras decorrentes da utilização do regime de caixa.

2. Controles internos com deficiências significativas

A Associação apresenta deficiências significativas em seu sistema de controles internos de áreas operacionais relevantes, gerando uma razoável possibilidade de que erros materiais nas referidas Demonstrações Financeiras não tenham sido prevenidos ou detectados tempestivamente.

Tais deficiências incluem a ausência de controles adequados de segregação de funções que garantam a integridade e correta apresentação das informações apresentadas como um todo, além de deficiências

na mensuração de ativos a receber, ativos permanentes e obrigações com terceiros, e os reflexos no resultado do exercício e patrimônio social.

3. Inconsistência relevante no controle patrimonial e depreciação por critério fiscal

Conforme demonstrado na Nota Explicativa 08, a Associação apresenta em seu ativo imobilizado o valor de R\$ 10.884.170,91, correspondente ao custo original de aquisição de bens, acrescidos de custos decorrentes de reformas estruturais, e, reduzido da depreciação acumulada calculada com base em taxas fiscais. De acordo com o que trata a NBC TG 1000 (R1), sessão 17 (Ativo Imobilizado), requer-se que o método de depreciação aplicado seja determinado com base em um laudo técnico e que este seja revisado periodicamente, refletindo as mudanças quando houver alteração significativa no padrão de consumo previsto. Adicionalmente não há controle patrimonial ou controles auxiliares alternativos que permitam mensurar a adequação dos montantes apresentados de forma consistente. Desta forma, devido à inexistência de controles alternativos que estejam de acordo com os critérios definidos pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, não é possível determinar os efeitos no ativo, resultado e patrimônio líquido da Associação em 31 de dezembro de 2020.

4. Ausência de Provisão de férias

Não foram registradas pela Associação as provisões de férias. Neste contexto, a Associação está deixando de registrar uma obrigação mensurável, onde há saída de recurso provável, conforme prática contábil vigente. Desta forma, o Passivo Circulante está apresentado a menor, o Resultado e o Patrimônio Líquido, estão apresentados a maior pelo montante de R\$ 368.459,54 em 31 de dezembro de 2020.

5. Provisão para contingência

Conforme Nota Explicativa nº 14, a Associação é polo passivo em demanda judicial trabalhistas promovida por ex-colaboradores. Os assessores jurídicos indicam que a perda é provável, em montante estimado de R\$ 185.485,39. Por conta de não reconhecer por meio de Provisão para Contingências uma provável saída de recursos para liquidar essa obrigação, o Passivo Circulante e/ou Não Circulante está apresentado a menor o Resultado do Exercício e o Patrimônio Líquido apresentados a maior.

Devido à relevância dos assuntos descritos nos itens nº 1, 2, 3, 4 e 5, incluídos na seção “Base para Abstenção de Opinião” acima, não foi possível concluirmos sobre os ajustes necessários em relação aos valores apresentados no ativo, passivo e patrimônio líquido apresentado nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, assim como aos elementos componentes das demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das

demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Associação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossa responsabilidade é a de conduzir uma auditoria das Demonstrações Financeiras da Associação de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e emitir um relatório de auditoria. Contudo, devido ao assunto descrito na seção “Base para Abstenção de Opinião”, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas Demonstrações Financeiras.

Somos independentes em relação a Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Curitiba (PR), 28 de maio de 2021.

MOORE CWB
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC.PR 005.174/O-5

Assinado digitalmente por DIEMERSON DO
NASCIMENTO: 05973975975
05973975975
Diemerson do Nascimento
Contador
CRC PR-060-422/O-7

Assinado digitalmente por DIEMERSON DO
NASCIMENTO: 05973975975
ONE Cert. CAC-Brasil, CAC SCLTI Multipl v3,
CP=2018175000176, CN=Presencial, OU=Certificado PF
A1, O=DIEMERSON DO NASCIMENTO-05973975975
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localizado: sua localização de assinatura aqui
Data: 2022.01.07 13:30:10-03'00"
Fonte: Reader View: 10.1.0